

Credores, também responsáveis

FALANDO na hora exata da reataguarda interna — a hora do ataque mortal à inflação, da estabilização econômica em bases reais, da recuperação do espírito e do investimento produtivos, dos índices favoráveis de desempenho em quase todos os setores da economia — o Ministro Dilson Funaro pôde defender no Comitê Interino do FMI uma posição que afinal reflete toda a verdade da crise dos países endividados do Terceiro Mundo, particularmente o Brasil.

SEM RECORRER à bazófia ou a tentativas de empulhação, o Ministro da Fazenda do Brasil disse o que de há muito os nossos credores internacionais precisavam ouvir para saírem da postura olímpicamente imobilista em que se colocaram, à espera do milagre ou do desastre coletivo irremediável.

EM VEZ de simplesmente rechaçar e acusar a comunidade credora, Dilson Funaro chamou-a para o terreno da responsabilidade compartilhada, onde lhes cabe tomar decisões concretas e válidas em favor do próprio equilíbrio do sistema financeiro internacional, hoje seriamente comprometido.

OS CREDITORES até aqui se têm comportado como parceiros absolutamente privilegiados, detentores exclusivos da prerrogativa de exigir, de condenar, de protestar, de ameaçar, enquanto submetem os tomadores dos seus capitais a um regime já insuportável de restrições e sacrifícios.

MAS NÃO é disso que se trata, está a lhes dizer o representante do Brasil da Nova República e da reforma econômica. A responsabilidade dos países credores está presente em todo o processo de concessão dos seus empréstimos. Primeiro eles ofereceram insistentemente, e a custos históricos normais, os recursos superavitários de que dispunham para as necessidades das nações em desenvolvimento dependentes de

poupança externa. Depois eles deflagraram a crise, através do aumento explosivo de suas taxas de juros. Ao mesmo tempo, os credores com problemas de déficit comercial passaram a adotar medidas abertamente protecionistas. Agora, além de obstruírem os canais do empréstimo novo eles querem receber de qualquer maneira o que lhes é devido em capital e juros, sem levar em conta sequer que as suas exigências, retaliações e interferências só contribuem para dificultar ou mesmo inviabilizar o pagamento dessas obrigações.

FUNARO não pretende que os devedores do Terceiro Mundo reneguem os seus débitos, lancem mão de argumentos demagógicos e falsamente nacionalistas para escaparem aos compromissos assumidos. Ele deseja apenas ver o credor dividindo responsabilidades com o devedor, cada um fazendo a sua parte em benefício de todas as partes envolvidas no processo e de um sistema financeiro internacional normalizado.

O CASO do Brasil tornou-se especialíssimo nos últimos meses, e na realidade somente o Ministro Funaro tinha condições de colocar a questão nos termos em que ficou posta diante do Comitê Interino do FMI. No ano passado, para atender às obrigações do endividamento, o Brasil transferiu para o exterior 11,2 bilhões de dólares, o correspondente a 5,1 por cento do seu PIB e a 23,8 por cento de sua poupança bruta. Portanto, em lugar de inadimplência, de calote, de simples atraso, o que houve foi um maciço deslocamento de recursos reais do País para o exterior, em função do desacerto (fora do nosso controle) das finanças mundiais e das políticas de autoconveniência dos países credores. A relação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento experimentou uma brusca, violenta e iníqua inversão: até aqui importadores de poupança externa, os parceiros mais pobres e mais fra-

cos passaram a exportar capital, esvaindo-se nas suas disponibilidades produtivas. "Uma situação nitidamente insustentável", sublinha Funaro.

ANTES mesmo do Plano de Estabilização, o Brasil exibiu um desempenho econômico suficiente para tornar distinta a sua posição no cenário do endividamento. Restava a inflação, como fator de perturbação dos nossos triunfos. Hoje, a bem-sucedida estratégia da reforma monetária limpou o terreno de ponta a ponta. Em março tivemos a inflação convertida em deflação, e nesse mesmo mês o superávit da nossa balança comercial apresentou índice recorde. Bafejados por uma série de mudanças na conjuntura externa — queda dos preços do petróleo, redução dos juros internacionais, enfraquecimento do dólar etc. —, conhecemos agora um momento de folga cujos efeitos positivos se comunicam ao conjunto das atividades internas.

NADA justifica continuar submetendo o Brasil às intransigências da resposta credora. Dilson Funaro, todavia, fala também em nome de um país com crescente peso específico no contexto da América Latina e no próprio contexto mundial. O seu discurso sai, assim, dos limites do problema brasileiro para abranger todo o drama do endividamento terceiro-mundista. O Brasil propõe a reversão dos termos que estabeleceram a presente crise e geram tantos riscos para a situação financeira global. Reduzindo as suas taxas de juros aos níveis da tendência histórica, os credores estarão dando um passo decisivo nesse sentido, mas é preciso também que eles se sentem igualmente à mesa com os representantes dos principais países devedores, para que as soluções duradoras sejam encontradas "através do diálogo aberto e criativo". Esta é a oportunidade ideal para substituir-se, de uma vez por todas, o espírito da confrontação pelo da recomposição.